



ATA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025– CONSELHO ESTADUAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS – FDID

Fortaleza, 07 de novembro de 2025.

Dia 13 de outubro de 2025

Horário de Início: 10h

N. MP: 09.2025.00000767-6.

Plataforma Utilizada: Microsoft Teams e Grupo do Conselho no WhatsApp

I – Abertura da Sessão e Verificação do “quorum”;

A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho, Promotora de Justiça Rita d'Alva Martins Rodrigues, com verificação de quórum e presença dos seguintes conselheiros:

- 1- Rita d'Alva Martins Rodrigues – Presidente do Conselho
- 2- Daniel Lira – Coordenação CAODPP – MPCE
- 3- Francisco De Assis Diniz – ALECE
- 4- Bruno Marques – Representante da SETUR
- 5- Ariane Andrade Sampaio – Representante da SPS
- 6- Zé Viana Junior – Representante da SEMA
- 7- Francisco das Chagas de Vasconcelos Neto – CAOMACE
- 8- Simone Magalhães Oliveira – Representante da PGE
- 9- Carlos Antônio Mariano Pereira – (APREMACE)

II – Ordem do dia:

- Informar data da Reunião de Assinatura dos Termos de Fomento. Apresentação da relação das Parcerias que serão firmadas, e Comissão de monitoramento e avaliação;
- Apresentação da equipe de Gestores de Parcerias;
- Análise e votação do texto do Edital para convocação de OSCs para compor o CEG/FDID.
- Análise e votação da Minuta do Termo de Fomento (caso esteja concluída);
- Análise e votação da minuta da Resolução 63/2025 - Assunto: Projetos apresentados por Órgãos Públicos- Situação: redução orçamentária provocada pela Lei Complementar nº 354/2025
- Convite para Evento de Entrega do Projeto Água Solar na Escola – Instituto Giuliana Galli
Data: 30 de outubro de 2025
Horário: 16h30
Local: Rua Antônio Botelho, nº 717 – Serrinha
- Análise e votação do Processo 09.2021.00012335-7- Prestação de contas final do projeto direito

do consumidor na sala de aula.

A Presidente iniciou os trabalhos compartilhando os resultados positivos do curso de formação promovido pela Fundação Dom Cabral, voltado às instituições habilitadas e com projetos aprovados. Informou que o curso contou com aulas semanais e mentorias individuais, com excelente aproveitamento por parte das instituições e dos servidores do MPCE envolvidos na gestão das parcerias. O encerramento do curso está previsto para o dia 24 de novembro, na Procuradoria Geral de Justiça, com presença de representantes da Fundação e depoimentos das instituições participantes. Ao final pediu aos conselheiros para colocar na agenda esse encontro.

Em seguida, a presidente comunicou que, “devido ao contingenciamento de verbas, serão assinados apenas sete termos de fomento em outubro. A medida e a previsão é de que novos blocos de instituições sejam contemplados conforme a entrada de recursos, com expectativa de nova rodada em fevereiro. A medida que nós tenhamos dinheiro em caixa, nós vamos fazendo essas assinaturas das parcerias. Então a gente vai firmar agora 7. Vamos ver se a gente pega outro bloco de instituições até completar as 34 instituições que tiveram projetos aprovados. No dia 24 de outubro, serão assinados os termos de fomento das seguintes instituições: Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Russas, Escola de Desenvolvimento e Integração Social para Criança e Adolescente, Instituto Irmã Giuliana Galli, Associação dos Pais, Amigos e Profissionais de Autistas do Cariri, Cáritas Diocesana de Crateús, Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis de Morada Nova, Cáritas Brasileira – Regional Ceará.

Com isso, serão contempladas instituições de Russas (1), Fortaleza (3), Missão Velha (1), Crateús (1) e Morada Nova (1), garantindo uma distribuição regional equilibrada.

A Presidente informou que já foi realizado o sorteio dos conselheiros que comporão as comissões de monitoramento e avaliação, e cada instituição já possui seu respectivo gestor de parceria. Os arranjos definidos foram os seguintes:

Projeto Recicla Vidros – Associação de Catadores de Russas
Comissão: Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Cultura e SECITECE
Gestor: Márcio

Escola de Desenvolvimento e Integração Social para Criança e Adolescente (Fortaleza)
Comissão: CAODPP, Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Saúde (SESA)
Gestora: Dina

Instituto Giuliana Galli
Comissão: DECON, CAODPP e CAOMACE
Gestora: Dina

Associação dos Pais e Amigos de Autistas do Cariri
Comissão: SECITECE, DECON e SEFAZ
Gestor: João Paulo

Cáritas Diocesana de Crateús
Comissão: SPS, Secretaria de Turismo e ALECE
Gestor: João Paulo

Associação de Catadores de Morada Nova
Comissão: SPS, Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e Secretaria da Cultura
Gestor: a definir, conforme proximidade com o município, visando facilitar o deslocamento

Cáritas Brasileira – Regional Ceará
Comissão: DECON, SECITECE e Procuradoria Geral do Estado (PGE)
Gestor: Márcio”.

Informou que os gestores em comento estão passando por um processo de capacitação, com o objetivo de oferecer suporte técnico qualificado à equipe de monitoramento e avaliação dos projetos.

A Secretaria Geral de Políticas Institucionais é responsável pela análise de diversas dúvidas técnicas encaminhadas pelo FDID. No entanto, devido à elevada demanda de trabalho, muitos processos que não

envolvem questões jurídicas acabavam enfrentando demora na tramitação. Diante disso, foi realizada uma análise da legislação vigente para identificar os momentos em que há exigência legal de parecer jurídico.

A partir dessa revisão, ficou definido que os processos serão encaminhados à assessoria jurídica apenas nos seguintes casos: antes da assinatura do termo de fomento, em situações específicas de alteração do plano de trabalho e sempre que houver questionamento jurídico.

Nos demais casos, quando não houver necessidade de parecer jurídico, a própria equipe técnica do FDID realizará a análise e encaminhará diretamente aos conselheiros, com o objetivo de garantir maior agilidade e eficiência na tramitação dos processos.

A Presidente também tratou do item da pauta referente à análise e votação do texto do edital para convocação de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para compor o Conselho Estadual Gestor do FDID. Informou que a minuta do edital foi elaborada com base em modelos utilizados por outros fundos, como o federal de direitos difusos, e que o texto está atualmente em revisão pela assessoria jurídica.

Diante da impossibilidade de análise completa durante a reunião, foi deliberado que a minuta será compartilhada no grupo de comunicação do Conselho, para que os conselheiros possam realizar a votação virtual e contribuir com sugestões antes da publicação do edital.

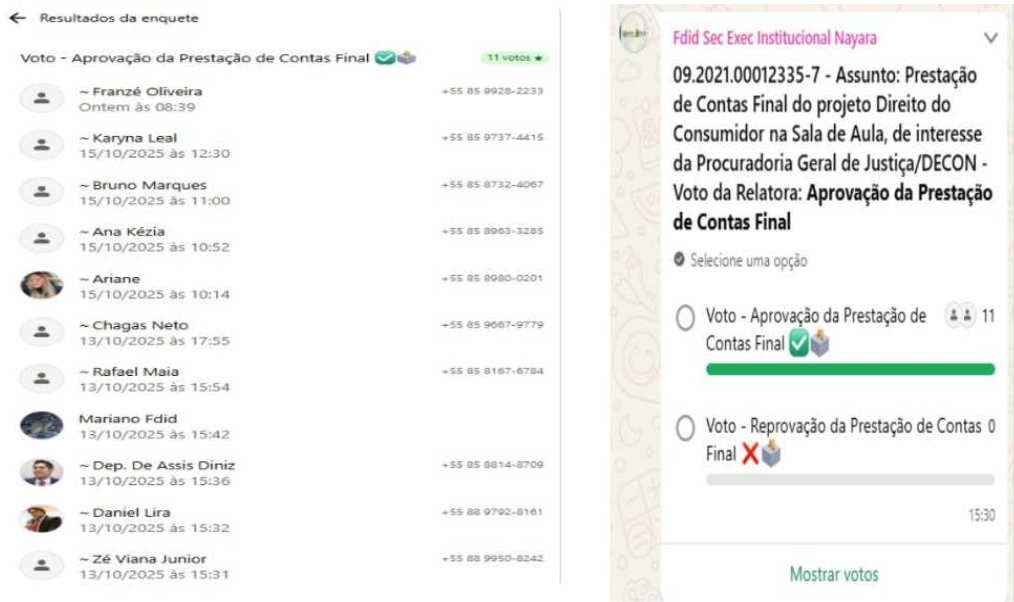
Quanto à minuta do termo de fomento, foi discutido que o documento ainda está em análise pela assessoria jurídica. A Presidente informou que se reuniu com técnicos do Tribunal de Contas para esclarecer dúvidas sobre pontos específicos da legislação, como a exigência de certidões negativas e as restrições para contratação de parentes de gestores. A orientação recebida foi seguir a legislação estadual e, nos casos em que houver descumprimento sem prejuízo ao erário, solicitar justificativa da instituição, sem que isso leve automaticamente à desaprovação das contas.

Mais a diante a presidente apresentou a minuta da Resolução nº 63/2025, que revoga a Resolução nº 61/2022, suspendendo o apoio a projetos apresentados por órgãos públicos, diante da significativa redução de recursos do FDID após a sanção da Lei Complementar nº 354/2025. A nova resolução estabelece que os projetos públicos apresentados até 15 de julho de 2025 continuarão sendo analisados, mas sua execução dependerá de deliberação do Conselho, podendo ocorrer após a formalização dos projetos das organizações da sociedade civil (OSCs), ou antes, caso haja justificativa de relevância.

Após debate, os conselheiros concordaram em manter o parágrafo terceiro da resolução com flexibilidade, permitindo que projetos públicos aprovados possam ser apoiados conforme decisão do Conselho. Foi sugerida e aprovada a inclusão de um parágrafo quarto, proposto pelo conselheiro Daniel Ferreira de Lira, prevendo que qualquer conselheiro poderá solicitar reunião extraordinária para deliberar sobre a relevância de projetos públicos, com votação e quórum definidos. Concluindo a presidente informou que a minuta da resolução, o termo de fomento e o edital das OSCs serão disponibilizados no grupo para votação virtual.

Após análise do processo nº 09.2021.00012335-7 pelos conselheiros nos dias 13, 14 e 15, foi deliberado que a prestação de contas final do projeto “Direito do Consumidor na Sala de Aula” foi aprovada pelo conselho, com o seguinte resultado: Votos favoráveis: 11, Votos contrários: 0

Conselheiros que votaram favoravelmente: Daniel Lira – Coordenação CAODPP – MPCE, Francisco De Assis Diniz – ALECE, Bruno Marques – Representante da SETUR, Ariane Andrade Sampaio – Representante da SPS, Zé Viana Junior – Representante da SEMA, Francisco das Chagas de Vasconcelos Neto – CAOMACE, Carlos Antônio Mariano Pereira – (APREMACE), Ana Kézia Cunha de Queiroz Araújo - SESA , Karyna Leal Ramos - SEMA , Francisco José de Oliveira Silva , Rafael Arruda Maia - SECITECE.



Seguindo, a presidente propôs ao Conselho que fosse realizada uma homenagem ao ex-conselheiro Domenico Abbate, por ocasião da cerimônia de assinatura dos termos de fomento, marcada para o dia 24 de outubro. A Presidente destacou que Domenico foi além das atribuições formais de conselheiro, contribuindo de forma essencial para o crescimento do FDID, especialmente na análise técnica dos projetos, sempre com disponibilidade e compromisso. A proposta foi acolhida por todos os conselheiros presentes, que manifestaram concordância com a homenagem.

Por fim, foi comunicado que no dia 30 de outubro ocorrerá a inauguração do projeto do Instituto Giuliana Galli, referente à instalação de filtros, com convite estendido aos conselheiros do FDID. A Presidente informou que, por motivo de consulta médica, não poderá estar presente, mas que será importante a participação dos conselheiros, especialmente daqueles vinculados à equipe de monitoramento, cuja relatoria está sob responsabilidade da SEFAZ.

III – Encerramento

Ao final da reunião, a Presidente agradeceu a presença e o apoio de todos os conselheiros, destacando o comprometimento coletivo e o engajamento da equipe na condução dos trabalhos do FDID. Ressaltou que o Fundo vem passando por uma importante fase de crescimento institucional, marcada pela modernização dos processos, maior organização interna e fortalecimento das parcerias com as organizações da sociedade civil. Nada mais havendo a tratar, lavra-se a presente ata para os devidos fins.

Rita d'Alva Martins Rodrigues
Promotora de Justiça
Presidente do Conselho Estadual Gestor do
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDID